



Universidades Lusíada

Universidade Lusíada de Lisboa. Centro de
Investigação em Território, Arquitectura e Design
Silva, Fátima, 1963-
Seco, Rui, 1971-

7.º Encontro Estejo : o Estuário do Tejo : frentes ribeirinhas em questão : relatório final

<http://hdl.handle.net/11067/6087>

Metadados

Data de Publicação

2021

Resumo

O sétimo encontro do Projecto de Investigação EsTejo - 'O Estuário do Tejo e as suas áreas ribeirinhas: Estratégias para a sua sustentabilidade e desenvolvimento' - decorreu no dia 15 de Outubro de 2021 no campus da Universidade Lusíada, em Lisboa, subordinado ao tema 'O Estuário do Tejo: Frentes Ribeirinhas em Questão'. Tendo como eventos associados a realização de uma exposição, com o tema 'O Estuário do Tejo: Leitura visual da Paisagem', no Círculo da Arquitectura de Oeiras, e um passeio temá...

Palavras Chave

Estuário do Rio Tejo (Portugal), Frentes marítimas - Portugal - Estuário do Rio Tejo, Planeamento urbano - Portugal - Estuário do Rio Tejo

Tipo

report

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ILID-CITAD] Relatórios

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:20:48Z com
informação proveniente do Repositório

7º ENCONTRO ESTEJO: RELATÓRIO FINAL



O ESTUÁRIO DO TEJO:
FRENTES RIBEIRINHAS EM QUESTÃO

7º
ENCONTRO ESTEJO

15 OUTUBRO 2021 - UNIVERSIDADE LUSÍADA - LISBOA

Exposição 'O ESTUÁRIO DO TEJO: LEITURA VISUAL DA PAISAGEM' - CÍRCULO DA ARQUITECTURA - OEIRAS - Rua Sacadura Cabral 61, Cruz Quebrada

CITAD
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM ARQUITECTURA, ENGENHARIA E
DESIGN

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Projecto UIDB/04026/2020
Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

FUNDAÇÃO MINERVA - CULTURA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA | UNIVERSIDADE LUSÍADA | RUA DA JUNQUEIRA, 188-198 | 1349-001 LISBOA | TEL.: +351 213 611 560 | projecto.estejo@edu.ulisiada.pt

7º ENCONTRO ESTEJO

O ESTUÁRIO DO TEJO:
FRENTES RIBEIRinhas EM QUESTÃO



RELATÓRIO

O sétimo encontro do Projecto de Investigação EsTejo – ‘O Estuário do Tejo e as suas áreas ribeirinhas: Estratégias para a sua sustentabilidade e desenvolvimento’ - decorreu no dia 15 de Outubro de 2021 no campus da Universidade Lusíada, em Lisboa, subordinado ao tema ‘O Estuário do Tejo: Frentes Ribeirinhas em Questão’.

Tendo como eventos associados a realização de uma exposição, com o tema ‘O Estuário do Tejo: Leitura visual da Paisagem’, no Círculo da Arquitectura de Oeiras, e um passeio temático guiado às fortificações da linha de costa de Oeiras, com visita à bateria do Areeiro, o sétimo encontro de investigação EsTejo decorreu em formato de mesa-redonda, juntando investigadores da equipa do Projecto de Investigação com colaboradores e representantes de instituições exteriores, promovendo um debate conjunto subordinado ao tema do Encontro.

ORGANIZAÇÃO E MODERAÇÃO

Prof. Dra. Arq. Fátima Silva _ coordenadora do PI EsTejo
MSc. Arq. Urb. Rui Seco _ bolseiro investigação PI EsTejo

PARTICIPAÇÃO

- EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO DO PI EsTejo - CITAD

MSc. Dra. Elsa Negas _ investigadora do PI EsTejo
Arq. Paisagista Rodrigo Dias _ investigador do PI EsTejo
Prof. Dr. Nuno Ludovice _ investigador do CITAD

- INSTITUIÇÕES EXTERIORES

Dr. Joaquim Boiça _ Câmara Municipal de Oeiras
Arq. António Faísca _ Câmara Municipal de Oeiras
MSc. Arq. Ana Luísa Quinta _ Direcção-Geral do Património Cultural
Dr. Augusto Sousa _ Associação Barreiro Património Memória e Futuro
Dr. António Neves _ Câmara Municipal de Benavente; investigador convidado PI EsTejo
MSc. Dr. Francisco Silva _ Centro de Arqueologia de Almada



O encontro teve início com a realização de uma apresentação com suporte de imagem, da autoria do Projecto de Investigação, acompanhada de uma exposição oral pela coordenadora, Prof. Fátima Silva, que realçou a importância da ocupação antrópica na caracterização do estuário enquanto Paisagem, desde muito antes dos navegadores fenícios ali terem acostado até à nossa *contemporaneidade global*, sendo plasmada naquilo que se poderá sintetizar como a Paisagem Cultural do Estuário do Tejo. O reconhecimento das qualidades únicas deste território e o elencar de critérios capazes de o preservar e ao mesmo tempo potenciar e desenvolver são um objectivo que considerou consensual. Partindo da questão temática do encontro, face à transformação em curso, colocou ainda a debate a visão de abrangência territorial existente ao nível do ordenamento e gestão territorial, e quais os critérios orientadores da construção ou reabilitação da frente ribeirinha.

O investigador Rodrigo Dias considerou existirem indicadores positivos e negativos da transformação da realidade metropolitana, apontando a despoluição progressiva, nas últimas décadas, permitindo a reactivação de actividades do sector primário, como valorizadora do estuário, contrariamente à pressão especulativa do sector imobiliário sobre as frentes de água, de que são exemplo os concelhos do Barreiro, Almada e Lisboa. O arquitecto paisagista propôs a implementação de uma rede – *network* – que permita pôr em contacto agentes e debater conjuntamente os assuntos de gestão e ordenamento do estuário no futuro. Este modelo, já experimentado por outras instituições, noutros contextos, baseia-se na criação de uma plataforma online que proporciona mobilização, planeamento de acções e conjugação de esforços. Relativamente ao planeamento e relacionamento institucional, o investigador realçou a necessidade de trabalhar em ligação com os municípios, sendo necessária uma visão de conjunto, dada a permanente mudança em curso, que vem desde antes do terramoto, e recordou a transformação do território da Baixa de Lisboa, antigamente um esteiro, que na reconstrução pombalina viu a cota de implantação subir 3 metros.

Diversas questões relativas à especificidade territorial do Barreiro e da sua frente ribeirinha foram colocadas pelo Dr. Augusto Sousa, da Associação ‘Barreiro Património Memória e Futuro’. Este território, que foi objecto de diversos estudos e iniciativas públicas de debate e participação pelo PI EsTejo, sendo uma área patrimonial sensível, encontra-se sujeito a diversas pressões, destacando-se a área da Qta. Braamcamp, cuja defesa motivou a criação de uma plataforma cívica – denominada ‘*Braamcamp é de todos*’ – para tentar reintroduzir a ideia de utilização daquele espaço como um parque urbano, contrariamente à pretensão da administração local autárquica. Esta plataforma apresentou uma Providência Cautelar em Tribunal, conseguindo a suspensão da venda em concurso para construção de habitação colectiva, que decorria então, e, com uma outra Acção Judicial, anular o processo de venda. A Associação entregou ainda um pedido de classificação patrimonial da Quinta como um valor supra-concelhio, não conseguindo, no entanto, a sua aprovação. O Dr. Augusto Sousa lembrou que “*Quem não tem memória não tem passado nem futuro*”, para reforçar a necessidade de defesa deste território, dada a sua relevância no domínio patrimonial e histórico, alertando para a existência de trabalhos de construção em curso neste momento, relatados na imprensa nacional, modificando a caldeira do moinho de Maré Grande, derrubando o próprio moinho e as suas estruturas, para criar um espaço turístico anunciado como a ‘maior praia fluvial da Área Metropolitana de Lisboa’. A descaracterização deste território, na sequência da intervenção anterior no Moinho de Maré Pequeno, com a construção de um edifício novo sobre as estruturas do antigo moinho, constitui um novo passo na perda do valor patrimonial e histórico que o qualificava. Nesse sentido, afirmou considerar necessário questionar estes desenvolvimentos e procurar alternativas para a Qta. Braamcamp.

No curso deste debate, o Dr. Joaquim Boiça referiu que no que se refere às pressões que se verificam para transformação dos espaços sobre o plano de água, é necessário alargar a discussão ao público em geral, já que a opinião pública é muito importante e tem peso sobre os processos decisórios, para tal sendo indispensável a informação e sensibilização. Para esse fim, salientou o papel positivo que poderia ter a criação de uma Carta de Valores Fundamentais de todo o território estuarino, que pudesse constituir uma referência nestas questões, informando a tomada de decisão e proporcionando uma consciencialização de modo alargado. A divulgação e tomada de consciência pública do valor patrimonial para motivação e mobilização da sua defesa tem tido resultados positivos noutros casos, como no exemplo relativo ao Forte de Sto. António do Estoril. Hoje, existe consciência desta importância, e receptividade por parte da Administração, de que constitui um bom exemplo a candidatura em curso das fortificações da orla costeira a Património Mundial. O historiador considerou que a informação é um auxílio à decisão, e que situações de valores comuns entre municípios podem motivar o acordo e as limitações de gestão de um território com linhas administrativas de separação. A orla costeira é uma dessas situações, que em Oeiras concentra uma série de imóveis de interesse público, com diferentes tutelas, como os Fortes de S. Julião da Barra e do Bugio. Face à inexistência de uma visão de conjunto do território, algumas iniciativas e planos de acção poderiam contribuir para superar as limitações. Se há acções positivas para o estuário, como a criação do dia nacional do Tejo – como rio no seu conjunto, incluindo o estuário – por outro lado há também o equacionamento permanente de intervenções com grande impacto potencial, casos do fecho da Golada, da terceira travessia do Tejo e do novo aeroporto de Lisboa, e ainda processos graduais menos evidenciados, como a salinização progressiva. Quanto à constituição da *network*, o Dr. Joaquim Boiça apontou interesse no seu relacionamento com as associações locais.

Para o investigador Nuno Ludovice, existe um problema de falta de visão estratégica sobre os territórios, que em grande parte advém da sobreposição de tutelas. Uma perspectiva mais abrangente, supramunicipal, da área metropolitana no seu conjunto, seria necessária para ultrapassar as contingências. Para tal efeito, um passo possível seria interagir com os decisores a um nível superior, para lhes colocar as questões; por exemplo visar a Área Metropolitana e envolver os decisores quanto aos casos concretos e à necessidade dessa visão estratégica. O historiador considerou ainda a possibilidade de criação de um Observatório, institucionalmente ligado, para superar esta falta de visão de conjunto.

Nesse sentido, a Arq. Ana Luísa Quinta defendeu que o estuário deveria estar definido como unidade territorial com carácter supramunicipal, a articular com a tutela da gestão do território e em parceria com as entidades da administração central que tutelam aspectos específicos deste território e os vários municípios a quem compete a administração urbanística. Deu como exemplo o que foi anteriormente conseguido com o programa de salvaguarda das Linhas de Torres, também um caso de um conjunto patrimonial com implantação em diversos municípios, no qual foi possível ultrapassar a compartimentação administrativa e as diferentes jurisdições partindo de um objectivo comum. A Universidade Lusíada poderia desempenhar um papel activo no envolvimento de todas as entidades responsáveis pela gestão deste território. A procura de parceiros institucionais para o Projecto de Investigação poderia ajudá-lo a desenvolver-se e tornar-se operativo. Tendo em conta toda a informação já recolhida sobre o estuário do Tejo, pela equipa liderada pela Universidade Lusíada, a arquitecta realçou, como etapa seguinte, a necessidade de criação de uma Carta de Valores Fundamentais, a preservar no território, que deveria servir de base de trabalho futuro, nomeadamente, no que se refere à salvaguarda do património cultural.

Neste contexto, duas acções fundamentais de intervenção cívica activamente desenvolvidas pelo Projecto de Investigação EsTejo no período do último ano foram salientadas pelo investigador Rui Seco: por um lado, a elaboração de uma Carta Aberta dirigida à Câmara Municipal do Barreiro, sobre as possíveis transformações para o território da Qta. Braamcamp, em face das propostas veiculadas publicamente, apresentando uma identificação dos valores relevantes, alertando para possíveis consequências lesivas das intervenções e expondo directrizes viáveis para um desenvolvimento atento à sua preservação e valorização no futuro; e a apresentação de uma proposta de candidatura da Qta. Braamcamp e de todo o conjunto de Alburrica, da ponta do Mexilhoeiro e do seu património natural e construído, a sítio classificado como valor de Interesse Patrimonial, junto da Direcção-Geral do Património Cultural, devidamente fundamentada na sua caracterização e na sua história. Estas duas iniciativas, ainda sem resultados objectivos, procuraram induzir, através de uma atitude cívica e construtiva de informar e de alertar, uma maior atenção para a sensibilidade e a natureza específica daquele território, único e central no estuário, e apontar pistas alternativas para um desenvolvimento atento à preservação da identidade e com uma visão de futuro ancorada no conhecimento e na valorização do valor do lugar. O estabelecer de parcerias institucionais com objectivos bem definidos e a criação de uma *network* entre os diversos agentes que trabalham e pensam o território, considerou o arquitecto, poderia tornar este tipo de acções mais consequente, conferindo-lhes maior visibilidade e operatividade, constituindo portanto um passo positivo para o Projecto de Investigação.

A experiência de integração no Projecto de Investigação EsTejo foi apresentada pelo investigador António Neves como de grande relevância no âmbito da sua participação no processo de revisão do Plano Director Municipal de Benavente, contando com muita informação proveniente desta parceria e determinando uma relação central com o estuário para o entendimento e o planeamento do território do município. A definição de uma rede municipal de infraestruturas verdes, a consideração das áreas de Reserva Ecológica Nacional, de Reserva estuarina e dos leitos de cheias como constrangimentos à urbanização, e a categorização de áreas como 'solo rural não urbano' são alguns aspectos considerados neste processo de revisão que decorrem de um estudo realizado numa perspectiva mais abrangente, do sistema global estuarino. O geomorfologista manifestou-se positivamente quanto à criação da *network* e apresentou a possibilidade da sua realização num sistema *Web-Sig*, no seguimento da experiência já desenvolvida pelo município de Benavente, em articulação com o seu *site* na internet.

Regressando à temática dos valores patrimoniais no território estuarino, o Dr. Francisco Silva comunicou o trabalho de identificação e levantamento que o Centro de Arqueologia de Almada tem vindo a realizar ao longo de praticamente meio século, enquanto organização não governamental, independente. Este estudo não incide apenas no Concelho de Almada, mas estende-se a outros territórios ribeirinhos e da sua envolvente, como Seixal, Alcochete e Coruche, e ao próprio plano de água, como a actividade tradicional da pesca no estuário e a sua arte, que será brevemente objecto de um projecto de investigação, na sequência de um estudo anterior da arte xávega da frente atlântica da Caparica. A realização da Carta do Património de Almada, finalizada em 2019, que identificou e georreferenciou valores e definiu unidades de paisagem cultural, constituiu uma importante etapa neste processo. Neste âmbito, o historiador, de entre o património reconhecido, referenciou um conjunto de lugares e estruturas que foram já objecto de estudo e de registo, especificamente nas frentes ribeirinhas de Seixal e Almada. Desde a Ponta do Mato, com os seus registos de ocupação romana, até à frente oceânica, antigamente juncais pântanos, o território ribeirinho de Almada apresenta vestígios desde a Idade do Bronze, em Almaraz, de uma possível feitoria fenícia, de salgas de peixe romanas, de estruturas da época dos Descobrimentos e da idade industrial, encontrando-se

muitos destes valores em situação de degradação, registando-se ameaças à sua preservação. Como exemplo, o plano de intervenção para a área do cais do Ginjal, que prevê o alargamento do percurso ribeirinho, a demolição do edifício da antiga fábrica de óleo de fígado de bacalhau e a construção de um novo edifício para silo automóvel implantado na encosta, apresenta-se como uma intervenção pouco atenta à preservação da memória e do património locais. Noutra situação, é prevista uma grande urbanização, anunciada na imprensa como *'Innovation District'*, entre o topo da arriba e a via rápida da Caparica, antigamente as terras mais férteis da zona de Almada, que se prevê problemática por ser desligada da realidade local, com parecenças com qualquer outra. Parafraseando o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, *"O património básico é a paisagem"*, sendo necessário preservar esse valor, cuidando-o e valorizando-o, sintetizou o historiador.

O arquitecto António Faísca sublinhou a disponibilidade e o empenho do Município de Oeiras para colaboração com o Projecto de Investigação, na linha da cooperação iniciada há mais de uma década, e que neste momento se concretiza na exposição associada ao 7º Encontro EsTejo, no Círculo de Arquitectura de Oeiras, com conteúdos preparados pelo PI EsTejo e suporte audiovisual, e também na realização de uma visita guiada à frente ribeirinha e marítima de Oeiras, no dia 16 de Outubro, com referência do seu papel histórico e das características das fortificações daquela área, com entrada na Bateria do Areeiro, forte que o Município se propõe reabilitar a breve prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O DEBATE

Aproveitando mais esta oportunidade, aberta com este 7º encontro do grupo EsTejo, terminaria por elencar uma série de considerações a respeito da reabilitação da faixa ribeirinha do estuário do Tejo, operada nas últimas décadas do século XX e princípios deste 2º milénio da nossa história.

Em primeiro lugar gostaria de deixar aqui registado, o meu agradecimento ao painel de participantes neste 7º encontro, extensivo a todos aqueles que, em nome próprio ou coletivo, colaboram ou colaboraram com o grupo de Investigação EsTejo, dando um importante contributo para o desenvolvimento desta 1ª fase da investigação do PI, que visa a construção de uma estratégia para a continuidade de desenvolvimento e salvaguarda, para esta unidade Territorial.

Nenhuma investigação, neste âmbito do espaço e da arquitetura que, se pretenda séria, se desenvolve isoladamente dentro do contexto académico (entre pares), só se torna conseqüente quando, os seus estudos científicos se partilham com a comunidade, sobre a qual recaem as questões que motivam o início de uma investigação.

Da Prática à Teoria e da Teoria de volta à Prática, numa ação sempre dialética. A utilidade do trabalho científico que desenvolvemos dentro do Centro de Investigação da ULL-CITAD tem sido desde os primeiros momentos da sua formação, um requisito fundamental imposto pelo seu fundador, Professor Doutor Arquitecto Alberto Reaes Pinto.

Integrando este propósito e contextualizando-o uma vez mais, o PI EsTejo surge na sequência de uma participação de alunos da FAA-UL num concurso de ideias, que se pretendiam visionárias, desafio lançado pela Camara Municipal de Lisboa em 2005, sobre um futuro para a cidade de Lisboa, designado; *"Lisboa Utópica 2055"*, o qual foi abraçado em regime de workshop por alunos do 3º ano do curso de arquitetura da Universidade Lusíada sob a Orientação do Prof. Arq. Rodrigo Ollero com a minha colaboração.

Durante todo o processo de desenvolvimento deste imaginário pedido (hoje cada vez mais presente), surgiram muitas perguntas num plano operativo, tendo em vista uma possibilidade de implementação futura neste território, perguntas para as quais não encontrávamos respostas. Essas perguntas, recaiam fundamentalmente sobre as condicionantes impostas por diretivas e por tutelas que regiam este território, delicado pela sua natureza, posição relativa, história, morfologia e valor económico e cultural.

O que se poderia fazer, o que se poderia transformar, o que se deveria preservar de que modo e qual a finalidade? Quais as entidades Publica e Privadas, que regem este território de Água /Terra, quais as suas competências e implicações na transformação e salvaguarda, onde se sobrepõem que condições e condicionantes estabelecem para a sua Gestão e Ordenamento. E ainda uma última, mas fundamental pergunta; Quem Rege e Ordena o plano d'água?

As perguntas foram sendo aclaradas, ao longo desta primeira fase do estudo, mas, ainda subsistem na sua essência e capacidade operativa.

No sentido de compreender as questões até aqui, elencadas, iniciou-se um levantamento para identificação dos elementos naturais e antrópicos que constroem a Paisagem deste território, começando por uma proposição que consideramos central; este território deveria ser entendido como uma - Unidade de Paisagem – uma unidade Territorial, constituída pelo sistema Natural Estuarino, como regente definidor dessa Unidade e pela sua ocupação humana.

Debaixo dessa premissa começamos por designar este território como; Uma Unidade de Paisagem em si, definição que (deixamos cair ou omitimos) de modo a não se sobrepor ou confundir com a definição de Unidades de Paisagem definidas anteriormente pelo estudo desenvolvido na Universidade de Évora. Este estudo foi desenvolvido no âmbito da convenção da Paisagem, (em 2002), apenas para o território nacional continental, no qual, os planos de água não se encontram incluídos nesta caracterização de Paisagem. No caso do estuário as unidades definidas envolvem o plano d'água estuarino, mas não o incluem. Assim sendo resolvemos a sua identificação demonstrativamente, como uma unidade:

Paisagem cultural do Estuário do Tejo.

Sendo esta a sua natureza mais completa, confirma-se a necessidade e, agora urgência, de se pensar este território como essa unidade integral, indissociável na sua gestão e ordenamento. Mantendo-se valida ao longo do trabalho a importância atribuída por este estudo a uma informação multidisciplinar completa, que possa ser disponibilizada de uma forma acessível, tanto para os órgãos regentes como para o publico no geral.

Reconhecendo-se a dificuldade que se coloca no plano do ordenamento e gestão de um território desta grandeza, que se impõe pela sua natureza, gerando uma elevada complexidade, tanto ao nível do sistema natural, sobre o qual se desenvolveu uma multiplicidade de apetências por mão humana e, à qual, se vem somar a sua extensão física significativa.

Reunir e disponibilizar, a informação multidisciplinar sobre este território (ainda dispersa), a partir de uma plataforma digital, volta a ser, neste 7º encontro colocada, pelo que poderá ser agilizada e passar a constituir um próximo passo na sistematização desta 1ª fase de identificação desta - Paisagem Cultural - em simultâneo com a ideia da criação de uma Rede colaborativa capaz de promover uma dinâmica de interação entre os diversos “atores”, públicos e privados, que participam ativamente na salvaguarda e desenvolvimento deste território.

Esta *network*, colocada como estratégica no início desta investigação (no seu 2º Encontro Estejo), torna-se agora possível na sua implementação, abrindo um espaço operativo para “*pensar o que se faz e, fazer o que se pensa...*” sobre este território, desenvolvendo um pensamento ordenado e munido por uma informação, o mais completa possível, nos seus diferentes níveis de reconhecimento; do elemento à complexidade do sistema.

Criar uma estrutura integrada de Parceiros sob um entendimento da - Unidade de Paisagem Cultural do Estuário do Tejo -, a semelhança do caso de sucesso, aqui narrado, das estruturas defensivas da linha de Torres, no que respeita a sua salvaguarda e reabilitação. Outra ideia que importa sublinhar é a da criação de uma “Carta” de princípios que identifique os valores a preservar enquanto património, de interesse nacional e mesmo supranacional, integrando este território natural, por si (pelas suas características), numa rede de estuários que se articulam promovendo a biodiversidade.

E por último, a importância de prosseguir um registo das múltiplas camadas (datáveis) de vida humana, responsável pela identidade caracterizante desta Paisagem e pela sua – Arquitetura- constituída na sua diversidade, pelo tempo, pelo espaço segundo uma ordem.